

A arquitetura pode ser capaz de estabelecer a atemporalidade de pretérito, presente e futuro¹

The architecture may be able to establish the timelessness of past, present and future

La arquitectura puede ser capaz de establecer la intemporalidad del pasado, presente y futuro

Eixo temático: Arquitetura e Urbanismo, Teoria, crítica e história das cidades

NASCIMENTO, Karoline Lima, UFPE, karoline.tg.ufpe@gmail.com

MONTEIRO, Laysa Cibelle Alves Monteiro, UFPE, laysacamonteiro@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo principal dissertar acerca da concepção de arquitetura e sua influência na construção da “casa bem grande” – a cidade – de Leon Battista Alberti. Através de seu tratado *De re Aedificatoria libri decem* e de visões de outros autores relacionados a esse produto, foi possível criar relações com a atualidade de temas voltados para a articulação da arquitetura no contexto da cidade, bem como da própria noção de projetar, da responsabilidade do arquiteto como indivíduo detentor das armas para a construção do *bene beate que vivendum* acima de sua busca pessoal pela beleza relevada ao gênio. Neste artigo, analisamos também a perspectiva teórica do arquiteto da época renascentista como suporte para discutir o contexto atual da cidade do Recife, em Pernambuco, revelando que, séculos depois de publicada, ainda serve como norteadora para noções sobre arquitetura e urbanismo social.

Palavras-chaves: Arquitetura. Cidade. Social. Patrimônio. Espaço.

Abstract: *This study has as main objective to talk about the conception of architecture and its influence in the construction of Leon Battista Alberti's "very big house" - the city. Through his treatise De re Aedificatoria libri decem and visions of other authors related to this product, it was possible to create relationships with the actuality of themes focused on the articulation of architecture in the context of the city, as well as the very notion of projecting, the responsibility of the architect as an individual who holds the weapons for the construction of the bene beateque vivendum above his personal search for beauty revealed to genius. In this article, we also analyze the theoretical perspective of the Renaissance architect as a support to discuss the current context of the city of Recife, in Pernambuco, revealing that, centuries after being published, it still serves as a guide for notions about architecture and social urbanism.*

Keywords: *Architecture. City. Social. Heritage. Space*

¹Nascimento, Karoline; Monteiro, Laysa. A arquitetura pode ser capaz de estabelecer a atemporalidade de pretérito, passado e futuro. In: CONGRESSO ARAGUAIENSE DE CIÊNCIAS EXATA, TECNOLÓGICA E SOCIAL APLICADA, p. 1-10, 2020, Santana do Araguaia. **Anais...** Santana do Araguaia: II CONARA, 2020.

Resumen: *Este estudio tiene como objetivo principal discutir la concepción de la arquitectura y su influencia en la construcción de la "casa muy grande" de Leon Battista Alberti - la ciudad. A través de su tratado De re Aedificatoria libri decem y de las visiones de otros autores relacionados con este producto, fue posible crear relaciones con la actualidad de temas centrados en la articulación de la arquitectura en el contexto de la ciudad, así como la noción misma de diseño, la responsabilidad del arquitecto como poseedor individual de las armas para la construcción del bene beateque vivendum por encima de su búsqueda personal de la belleza revelada al genio. En este artículo, también analizamos la perspectiva teórica del arquitecto renacentista como soporte para discutir el contexto actual de la ciudad de Recife, en Pernambuco, revelando que, siglos después de su publicación, sigue sirviendo de guía para las nociones de arquitectura y urbanismo social.*

Palabras clave: *Arquitectura. Ciudad. Social. Herencia. Espacio.*

1 Introdução

Ao longo dos séculos XV e XVI, o tema cidade é analisado por diversos autores, dentre eles, Leon Battista Alberti. Durante esse período, a noção de cidade passa a abranger diversos significados e esses se apresentam sob diferentes faces. Seja diante do urbanismo, da literatura utópica e até mesmo de visões políticas que permeiam toda a questão dos espaços públicos como bem comum, Alberti traz a questão da arquitetura como parte constituinte de um contexto maior – a cidade – e com isso, surpreende na época por trazer inquietações que não eram discutidas com tanta ênfase.

Uma dessas inquietações era a formalidade e rigidez do tratado de Vitruvius, por exemplo. A partir daí, Alberti escreve o “*De Re Aedificatoria*” partindo das origens da arquitetura, de forma a não especificar normas extremamente fixas para ela, sem a intenção de ser um guia fiel de como construir acabou, entretanto, escrevendo uma rica referência de suma importância até para a antropologia, à medida que seu projeto de uma nova racionalidade traz novas relações entre seres humanos e do indivíduo consigo mesmo.

Comprometido com a arquitetura como a ordenadora do cosmos, sua obra empreende um grande estudo sobre o ato de projetar que permeia várias problemáticas presentes no século XXI. Porém seu legado não se restringe a isso. Em outros momentos também dá ênfase à questão do público e aos edifícios privados, assunto a que esse artigo se dedicará, principalmente, e que buscará apresentar como problemática bastante atual através do estudo de caso do Paço Alfândega, na cidade do Recife, em Pernambuco.

Alberti enxerga o ato arquitetônico não apenas como o projeto de edifícios, pois eles são para ele parte de um organismo vivo – a cidade, que rege as várias relações sociais, e se torna, portanto, um grande difusor cultural. Além disso, a arquitetura e o urbanismo assumem um compromisso de mudar a vida cívica de um povo a partir do momento que se configuram também como atores nesse processo. Segundo Brandão, por exemplo, "o objeto arquitetônico e o urbanismo não servem apenas para resolver necessidades práticas, mas também para transformar as pessoas, a sociedade e o contexto real e imaginário que se insere" (BRANDÃO, 2003, p. 8).

Para afirmar essa influência da cidade e de seus edifícios sobre os cidadãos, Alberti fala de uma funcionalidade que a arquitetura deveria ter para que esta se efetivasse como tal. A funcionalidade para Alberti é bastante importante, o que não quer dizer que esta seja a qualidade máxima da arquitetura, pois a mesma além de funcional deveria atender aos desejos dos aristocratas em se afirmar socialmente.

Percebe-se em seus escritos que a arquitetura também deveria ser multifuncional e servir tanto “à comunidade quanto ao indivíduo”, tanto a um anseio estético, quanto ético. Com isso, prezava pela construção de uma cidade onde o chamado *bene beateque vivendu* – vida boa, melhor e justa - fosse de fato verdade, indo contra a "fortuna" e todos os excessos que eram produzidos por muitos, o que negava as reais necessidades da arquitetura na época em que Alberti problematizou tais questões (ALBERTI et al BRANDÃO, 2003).

Diante dessa vontade de promover uma arquitetura com atributos, que, para Brandão (2003), eram considerados atributos bastante ligados ao termo "república" (perenidade, liberdade, eticidade e justiça), Alberti promove uma arquitetura como arte pensada não só na estética e nos interesses privados. Defende a dimensão pública e a questão da liberdade cívica de um homem como animal político, que não prospera no estado de isolamento, mas no interior de um mundo circundante e isso acontece no mundo público, na *polis*, onde se identifica num contexto cívico com valores compartilhados entre seus constituintes.

Para Alberti, a intenção de uma cidade desse tipo seria "civilizar a alma dos cidadãos com o hábito das relações recíprocas, tornando-os mais propensos a contraírem amizades" (BRANDÃO, 2003, p.14). Pensar, portanto em uma arquitetura republicana é reabrir espaços para a convivência das pessoas, um ambiente no qual as pessoas participam e são livres. Tal liberdade se relaciona com as várias dimensões entre as propriedades públicas e privadas e seus usuários. Seja na época de Alberti, ou nos dias atuais, os interesses e necessidades individuais tocam muito no limite de até onde se tem o direito de construir sem afetar o bem comum.

2 Metodologia

Para atender aos objetivos desse trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da temática apresentada, utilizando-a como suporte para fazer o embasamento para o estudo de caso atual. Optou-se por utilizar a bibliografia disponível apenas nos meios digitais, tais como o Google Scholar, o Periódicos Capes, o SciELO. Foram consultados livros digitais, artigos, dissertações e teses a partir de termos chaves como “Leon Battista” “arquitetura hostil”, “cidade e estética”, “patrimônio histórico”. Os textos foram selecionados a partir dos critérios como a relevância das produções, com a opção por autores já consagrados nas temáticas que abordam e também por publicações cuja abordagem é parecida com o pensamento de Alberti.

3 Alberti na atualidade

A arquitetura não é mero reflexo da sociedade. Ao contrário, ela é o agente principal que permite fundar e manter a polis e a urbs nas quais os homens podem encontrar-se e compensar suas fragilidades e limitações na condição de indivíduos isolados. (BRANDÃO, 2003, p. 9)

A configuração da contemporaneidade atrelada aos avanços tecnológicos, ao jogo de interesses de uma política imobiliária e uma arquitetura de mercado, deve ser constantemente repensada. É preciso abstrair desse cenário de conformação atual e tentar questionar o sentido de beleza no qual essa arquitetura está sendo baseada. Segundo Brandão, "essa subjetividade, contudo, insula-se do mundo no desenvolvimento da modernidade e rompe com a ciência e com a ética" (BRANDÃO, 2000, p.281). É nesse contexto em que a estética se fundamenta como uma arte autônoma e com isso, sua arquitetura se reproduz vazia, valendo-se apenas como uma "bela aparência" (BRANDÃO, 2000, p.281).

De acordo com Argan, "os tratados de Alberti são coleções de leis e da construção, deduzidas do antigo para qualificar como ciência a práxis da construção" (ARGAN, 1998, p.106). Ou seja, a teoria de Alberti pode vir a traduzir soluções para essas questões atuais a partir do entendimento dele em seu tempo (ALBERTI et al BRANDÃO, 2000). Alberti queria trazer para sua cidade uma nova arquitetura proveniente de uma velha recuperada de seus erros, determinando assim o papel do espaço da cidade como um espaço histórico e assegurando a importância essencial da história na construção de uma nova arquitetura. Ele determinava que o valor das edificações só existe quando expressa pela forma de arquitetura e essa arquitetura deveria estabelecer seu caráter ético diante de um todo, formando assim um organismo harmônico (ALBERTI et al BRANDÃO, 2000).

Como o mesmo autor toma como crítica, a banalização do estético e das formas da arquitetura vistas na contemporaneidade estabelece um cenário cuja fortuna sobrepõe os laços éticos e sociais no papel da arquitetura. O interesse privado vem regendo a dinâmica de configuração da cidade e a dividindo em zonas nas quais a arquitetura perde seu papel de bem comum e passa a ser segregadora e influente no padrão de riqueza das classes sociais. Essa sociedade de consumo estabelece sua estética maquiada como um sinônimo de modernidade, de avanço. Elas reforçam o ambiente hostil de negação da rua trazido por Lúcia Leitão já que cada vez mais essa arquitetura se distancia como sinônimo de grandeza e perpetua uma falta de senso ético para com o bem comum.

Se na cidade Albertiana, segundo Brandão, o edifício deixa de ser uma representação do espaço e o monumento se torna de caráter histórico e ideológico, estes passam a serem então personagens do espaço e não mais representação dele. E como se é possível garantir esta harmonia se a arquitetura de consumo fecha-se para si restringindo-se à produção e ao culto de suas imagens? Esse esteticismo imagético desvincula a arte da ciência e perde a capacidade de transformação que a arquitetura traz dentro do corpo urbano. Da mesma forma, Alberti na sua época encontrou soluções teóricas através da construção de um *bene beateque vivendum* é possível nos dias atuais combater com a "virtù contra a fortuna" para recompor esse vazio atual (ALBERTI et al BRANDÃO, 2000).

Observa-se que cada vez mais as cidades não estão sendo pensadas para as pessoas, como Jan Gehl (2013) fortalece em sua teoria. A cidade deveria ser sinônima de uma "totalidade integrada de diferentes arquiteturas que configuram o espaço conforme estrutura social e política de cada uma delas" (ALBERTI, 2012, p. 19). Essa arquitetura deve estabelecer uma nova relação do ser humano consigo mesmo, com seus semelhantes, com o universo que os cerca, com a história e com o transcendente (ALBERTI et al BRANDÃO, 2000). O respeito dessa história nos permite uma arquitetura perene e perpétua, cuja beleza se dá por essa união ética das construções.

O fazer arquitetura vai além do objetivo capitalista movido pelo mercado, ela deve trazer um sentido de acordo com sua função social para o bem comum. Com o auxílio das novas tecnologias as barreiras das construções vêm sendo superadas, assim como o limite da criação também. O anseio por uma arquitetura do futuro não deve ser restrito a apenas esse pensamento, mas sim esta deverá estar contida diante de um corpo urbano que promove um discurso, uma dialética. A arquitetura do futuro não deve ser aquela cujas estruturas mirabolantes destoam de seu contexto, mas sim, pode ser a arquitetura capaz de estabelecer essa atemporalidade de pretérito, presente e futuro.

A história compõe nossa cidade em forma de arquiteturas, e estas devem fazer parte do papel social desta cidade, proveniente de um bem comum que permite a troca de relações entre o homem cívico. Ela deve tentar estabelecer um equilíbrio entre a "autoridade da tradição e o progresso protomoderno" que foi umas das dificuldades do próprio Alberti em sua teoria. Em

suma, a composição arquitetônica deve ser capaz de garantir a junção de suas partes em um todo harmônico que permita o estabelecimento de sua função social. Essa função social deve permear entre a esfera público-privada sem promover um contraste exacerbado sobre ela, ao contrário, a dinâmica público-privado deve dialogar no cenário urbano de forma permeável como crítica ao discurso segregador dessa arquitetura atual movida pelo capitalismo e pelo esteticismo inútil e superficial, perder o poder político e histórico da arquitetura diante de uma sociedade comum. A arquitetura deve ser o porta-voz da mentalidade humana e a função social desta é a solução para ordenar o caos no qual o rumo da sociedade contemporânea está seguindo.

4 Uma proposta arquitetônica emblemática

Como exemplo de reprodução de tais ideias apresentadas através da intervenção no patrimônio histórico para uso público podemos citar o Polo da Alfândega, que agrega não apenas o centro comercial Paço Alfândega, mas também o edifício Chanteclair (Figura 1) e a Igreja da Madre de Deus (Figura 2), que destes, é a única que já era reconhecida antes do tombamento do Bairro em 1998, tendo sido restaurados através do programa Monumenta, que financia o patrimônio histórico auxiliando o processo de revitalização desses equipamentos, e tem abrangência nacional (apenas o Chanteclair ainda está em processo de restauração, tendo início as obras em dezembro de 2010).

Figura 1 – Vista do edifício Chanteclair.



Fonte: Diário de Pernambuco (2018)

Figura 2 – Igreja da Madre de Deus.



Fonte: Acervo Digital UNESP (2013)

para a revitalização do Bairro do Recife, tendo por fim se tornado um centro de compras (Figura 4). No entanto, apesar das descaracterizações ocasionadas pelos diversos usos, o edifício apresenta ainda um razoável estado de conservação.

Figura 4 – Edifício do centro comercial Paço Alfândega visto do Rio Capibaribe.



Fonte: Gabriela Lobo (2017)

Essa intervenção mais recente foi marcada pelo contraste dos elementos antigos com os atuais, que se fazem aparentes ao mesmo tempo em que revelam elementos do passado e da técnica construtiva. As maiores interferências estão, portanto, relacionadas ao valor histórico do edifício, uma vez que a relação com seu passado foi alterada (sucessivamente) mesmo que a mudança de uso seja benéfica no que diz respeito à manutenção do imóvel.

Por outro lado, os anexos deste novo empreendimento causam estranheza em função da falta de harmonia com o entorno, o valor paisagístico foi bastante comprometido com a inserção de passarelas que atravessam para o edifício garagem em um dos locais mais representativos e questiona-se também se esse terreno, bem como o do outro anexo (a central de ar-condicionado), por serem os últimos terrenos vazios no Bairro do Recife e com localização privilegiada, não mereciam usos mais nobres, além de nos questionar se essa seria realmente a melhor finalidade a qual poderiam ser destinados esses terrenos. É importante destacar que o último pavimento do edifício garagem funciona uma das maiores empresas de eventos da cidade, que oferece suporte as festas de casamento realizadas a maioria da igreja da Madre de Deus.

A solução desse edifício-garagem, concebida a partir dos princípios da arquitetura moderna por um arquiteto paulista reconhecido nacionalmente, desconheceu os atributos espaciais do Bairro do Recife, ou seja, não foi precedida de uma análise qualitativa mediante uma leitura morfo-tipológica. Preocupado, muito mais, em destacar/valorizar o seu projeto, não realizou um estudo das características arquitetônicas do entorno. O resultado foi uma edificação que descaracterizou consideravelmente o conjunto histórico e arquitetônico, representando uma perda irreversível para o patrimônio histórico nacional (LACERDA, 2007, p. 635).

Algumas indagações merecem ser feitas: Em algum momento a população foi questionada acerca de suas próprias necessidades? Profissionais da Arquitetura estiveram envolvidos nesse projeto, mas até que ponto suas preocupações com o que estava sendo oferecido ao público não se contrapôs ao que era pedido e determinado pelos encarregados da iniciativa privada? Em que

local os interesses de ambas as partes estão em concordância de forma a unir à ética e a estética nesse contexto? Por esses e outros questionamentos, percebemos a falta de preocupação histórica com a cidade e a sobreposição do interesse de mercado imobiliário.

No tocante às teorias de Alberti, podemos relacionar este incidente atual com a questão da *libide aedificandi*, ou seja, a dimensão da liberdade pública, sua proposta mostra que a arquitetura de equipamentos públicos deve ser pensada no bem comum, sendo a manifestação do estado cívico, deve-se atentar para a ética e a estética simultaneamente. Mas de que forma essa liberdade nos permite projetar em harmonia com esses fatores? Levando em consideração os interesses públicos e privados, o arquiteto tem se distanciado da chamada “Arquitetura Republicana” a fim de priorizar o que seja mais conveniente para a iniciativa privada, uma vez que, em grande parte detentora do capital, torna-se responsável pelas escolhas finais da obra.

O Paço, por exemplo, foi revitalizado numa parceria público privada, da parte pública (e de órgão competentes como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que supervisiona ações em locais de valor histórico ou tombadas) ainda fossem impostas diversas restrições quanto à reforma do edifício como objeto, não houve limite para o uso que seria proposto para a edificação; como esse novo uso ajudaria a valorizar e preservar realmente o edifício ou se as atividades que esse novo programa viria a proporcionar seriam de fato úteis e favoráveis aos cidadãos. As necessidades do setor privado foram amplamente atendidas, utilizando-se de uma área privilegiada, aproveitando-se de uma edificação reconhecida e de caráter histórico, as ressalvas que precisaram ser feitas na adaptação do projeto não se comparam a diferenciação de valores a qual esse edifício se submeteu.

Não se pode deixar de realçar que o centro histórico de qualquer cidade se configura como um espaço público por excelência, não no sentido do que se convencionou denominar espaços públicos (praças, ruas, avenidas, calçadas...), mas no sentido de que é portador de um grande significado público, convertendo-se em um espaço diferenciado ao se tornar referência local, significado ainda maior quando se trata de uma referência nacional, como é o caso de parte significativa do Bairro do Recife (LACERDA, 2007, p.639).

É importante ressaltar, no entanto, que esse processo de revitalização também auxiliou no que diz respeito à manutenção do edifício, e nos mostra a dificuldade que se tem na atualidade para a preservação e conservação do passado. Através da reforma, e de seu novo uso aplicado para fins cívicos e de comunidade (sendo uma obra privada cujo acesso público é garantido), imprime um efeito de renovação do que antes estava esquecido beneficiando a sociedade de duas formas: no resgate ao histórico da cidade, e na disponibilização de um novo local em que o homem cívico possa exercer suas atividades.

5 Conclusões

A teoria de Alberti trazida em seus tratados, apesar do tempo, acarreta várias reflexões sobre o contexto atual de constituição do “fazer arquitetura” e de planejamento das cidades. Nos mostra que a arquitetura é a parte que constitui um todo e que com isso deve estar, não só dialogando com ele, mas também sendo precursor de uma dinâmica social em benefício da coletividade a partir do momento em que faz diferença nos fenômenos socioculturais locais. Essa harmonia é garantida sob um espaço estruturado conforme uma configuração social e política. Isso nos faz pensar “Que espaço preciso trazer para minha cidade?” “Como ela vem se refletindo em sua constituição?”

Desta forma, a cidade Albertiana vem a ser um exemplo inovador de aplicação da Arquitetura Republicana, uma vez que se volta para a vida pública, utilizando as obras em função da sociedade. A arquitetura republicana deve inserir ideias na visão das obras conjuntamente, os edifícios devem ser elementos de composição no contexto geral da cidade, estarem em harmonia com o todo em que está inserido, deve desenvolver os hábitos cívicos da população.

Como trazido por Gehl no célebre livro *Cidades para pessoas*, “nós moldamos as cidades e elas nos moldam”, essa afirmação deixa clara a explícita relação entre o nosso desenvolvimento humano e o modo como lidamos com nossos espaços públicos. Se a vida, como disse Vinicius de Moraes, “é a arte do encontro”, a cidade é o cenário desses encontros – encontros de pessoas, encontros e trocas que alimentam a centelha crítica do gênio humano. Como no caso do centro comercial Paço Alfândega, o que se vê hoje não é a predominância de um interesse visando um bem maior, de reforço aos espaços públicos, áreas de exercício da cidadania, de vivência e de encontro com o diferente, mas o desenvolvimento de uma cidade vista como um palco, um espaço que assume caráter a mercê da atuação que abriga.

O projeto de cidade é mais que ordenação do território, faz parte de um contexto mais amplo, onde também se revela um projeto político, social e econômico, pois para Alberti, “a cidade é uma casa bem grande”. Logo, os princípios que se aplicam à concepção de edifícios podem e devem ser aplicados à construção da cidade. O projeto do Paço Alfândega não respeita tais princípios, tendo se tornado uma colcha de retalhos, um aglomerado de partes que apenas tratam suas relações internas, ignorando seu contexto espacial, funcional e histórico.

Diante disso, vê-se a importância da arquitetura como instrumento ético e moral, visto que a cidade é um espaço comum, coletivo e a arquitetura deve refletir isso, todavia, vemos que o rumo que está tomando segue preceitos divergentes. Constitui-se como papel do arquiteto intermediar o requerido e o necessário, de forma que os interesses privados não sobreponham o público e não continuem perpetuando o “erro de construir”, que nada mais é que uma cidade que uma minoria quer. Devemos então pensar numa cidade mais ligada às necessidades de sua população e não a modismos e manias de uma filosofia que não se compromete em nada com a vida em sua totalidade. A partir das reflexões de Alberti percebemos então o real valor e papel da arquitetura e a necessidade de projetar uma cidade que fosse organizada de forma a promover a ordem e que fosse reflexo de um bem comum. Suas “armas” são tão sensatas ao ponto que podemos utilizá-las ainda hoje como comparativas, e propõem uma nova linguagem que valida soluções cabíveis, no sentido de repensar o estado atual a fim de atingir um espaço ideal real.

Referências

ALBERTI, L. B. **Da Arquitetura**. Tradução e Organização de Sergio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.

ALBERTI, L. B. **De Re aedificatoria**. Madri: Akal, 2007.

ARGAN, C. G. **História da Arte como História das Cidades**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRANDÃO, C. A. **A república da arquitetura**. Revista USP, São Paulo, n.59, p.8-21, set/nov. 2003.

BRANDÃO, C. A. **Quid tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

LACERDA, N. **Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno:** indagações sobre a sua legitimidade. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646. set./dez. 2007.

LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil:** uma leitura urbanística de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

LIRA, D.; DINIZ, F. **Conservação da autenticidade em centros históricos: um estudo sobre o Polo alfândega no Recife.** Olinda, 2010. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/en/publicacoes/59-textos-para-discussao.html?start=9>. Acesso em: 13/12/2018.

LOBO, G. Recife, 2017. **Paço Alfândega se reinventa e traz várias novidades ao Recife Antigo.** Disponível em: <https://poraqui.com/recife-antigo-centro/paco-alfandega-se-reinventa-e-traz-varias-novidades-ao-recife-antigo/>. Acesso em: 13/12/2018.

MATOS, A. F. de. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/66468>. Acesso em: 13/12/2018.

NASCIMENTO, A. Recife, 2018. **Chantecler: o edifício oco no coração do Recife.** Disponível em:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/chantecler-o-edificio-oco-no-coracao-do-recife.html>. Acesso em: 13/12/2018.

SCHUMANN, H.; BERRES A.; STEHR, T.; ENGELHARDT, D. (2020). Effective selection of quality literature during a systematic literature review. *Informing Science: The International Journal of an Emerging Transdiscipline*, 23, 77- 87.
<https://doi.org/10.28945/4551>